



São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025 e relatório do auditor
independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

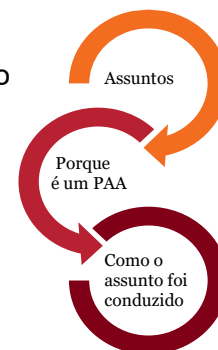
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento da receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia deriva principalmente da geração de energia elétrica venda de energia elétrica conforme Contratos de Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") e Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). A companhia compromete-se a entregar um volume mínimo de energia que corresponde a totalidade da energia prevista em contrato à CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os riscos observados, e que demandaram foco em nossa auditoria, referem-se ao reconhecimento de receita no período de competência correto, bem como na utilização de premissas para estimar essas receitas, e conseqüentemente as obrigações decorrentes dos contratos, na medida em que envolve: determinar os volumes de energia entregue versus a energia contratada. A contabilização da receita envolve processos efetuados pela Companhia que suportam o seu reconhecimento e que devem endereçar, entre outros, os seguintes riscos:

(a) que a receita seja contabilizada após o atendimento dos critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento no curso normal dos negócios.

(b) que os valores da receita sejam apurados de acordo com os termos e as condições estabelecidos em contratos. Devido aos assuntos anteriormente mencionados e a relevância dos valores envolvidos, consideramos o reconhecimento da receita na venda de energia como um principal assunto de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria, consideraram, entre outros, o entendimento e teste dos controles relevantes do processo de reconhecimento da receita, bem como do processo de mensuração da receita decorrente dos contratos ACR e ACL.

Também realizamos:

- Entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receita considerando a natureza das receitas da Companhia, aspectos contratuais, entre outros;
- Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento de receita na venda de energia;
- Teste de transações de receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte;
- Procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis contratuais do volume de energia entregue e do preço, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; e
- Avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

Nossos procedimentos revelaram que as premissas utilizadas na mensuração da receita de energia adotadas pela Companhia são razoáveis no contexto de relevância das demonstrações financeiras.



São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 31 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by
Marcelo Prado
Assinado por: MARCELO DE SOUZA PRADO NICOLAU/2229707846
CPF: 2229707846
DataHora da Assinatura: 31 March 2026 | 17:32 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
E-mail: AC SERASA RFB v5
Marcelo de Souza Prado Nicolau
Contador CRC 1SP255758/O-9



São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Índice

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1	Informações gerais	7
1.1	Capital circulante líquido negativo	7
1.2	Reforma tributária sobre o consumo	7
2	Resumo das principais políticas contábeis	8
2.1	Base de preparação	8
2.2	Moeda funcional e moeda de apresentação	8
2.3	Ativos financeiros	8
2.4	Estimativas e julgamentos contábeis	9
2.5	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB	9
3	Gerenciamento de riscos	10
3.1	Gestão de capital	12
4	Instrumentos financeiros por categoria	12
5	Caixa e equivalentes de caixa	13
6	Contas a receber de clientes	13
7	Imobilizado	14
8	Intangível	16
9	Fornecedores	17
10	Debêntures	17
10.1	<i>Covenant</i>	18
11	Provisão para ressarcimento	19
12	Passivos contingentes	19
13	Patrimônio Líquido	19
14	Receita líquida	19
15	Custos, despesas gerais e administrativas	20
16	Receitas e despesas financeiras	21
17	Imposto de renda e contribuição social correntes	21
18	Resultado por ação	22
19	Seguros (Não auditado)	22
20	Eventos Subsequentes	23

São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.146	6.999
Contas a receber de clientes	6	1.519	1.258
Outros ativos		131	29
Total do ativo circulante		6.796	8.286
Não circulante			
Imobilizado	7	158.135	163.411
Intangível	8	2.616	2.175
Total do ativo não circulante		160.751	165.586
Total do ativo		167.547	173.872
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	112	478
Debêntures	10	13.120	12.792
Provisão para ressarcimentos	11	2.552	-
Tributos a recolher		88	69
Imposto de renda e contribuição social		139	114
Salários e encargos sociais		24	57
Total do passivo circulante		16.035	13.510
Não Circulante			
Debêntures		52.841	59.570
Total do passivo não circulante		52.841	59.570
Total do passivo		68.876	73.080
Patrimônio líquido	13		
Capital social		132.544	128.894
Prejuízos acumulados		(33.873)	(28.102)
Total do patrimônio líquido		98.671	100.792
Total do passivo e do patrimônio líquido		167.547	173.872

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Operações continuadas			
Receita líquida	14	13.822	15.217
Custos dos serviços prestados	15	<u>(9.110)</u>	<u>(9.534)</u>
Resultado bruto		<u>4.712</u>	<u>5.683</u>
Despesas gerais e administrativas	15	(3.088)	(1.530)
Outras receitas (despesas), líquidas		<u>53</u>	<u>29</u>
		<u>(3.035)</u>	<u>(1.501)</u>
Lucro operacional		<u>1.677</u>	<u>4.182</u>
Receitas financeiras	16	681	473
Despesas financeiras	16	<u>(7.461)</u>	<u>(8.236)</u>
Receitas (despesas financeiras), líquidas		<u>(6.780)</u>	<u>(7.763)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(5.103)</u>	<u>(3.581)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	17	<u>(668)</u>	<u>(636)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(5.771)</u>	<u>(4.217)</u>
Quantidade média ponderada (em milhares de ações)	18	<u>12.897.923</u>	<u>12.455.450</u>
Prejuízo por lote de mil ações (básico e diluído) - R\$	18	<u>(0,4474)</u>	<u>(0,3386)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	<u>(5.771)</u>	<u>(4.217)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(5.771)</u></u>	<u><u>(4.217)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.**Demonstração das mutações no patrimônio líquido**

Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Em 31 de dezembro de 2023		<u>121.819</u>	<u>(23.885)</u>	<u>97.934</u>
Aumento de capital	14	7.075	-	7.075
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>(4.217)</u>	<u>(4.217)</u>
Em 31 de dezembro de 2024		<u>128.894</u>	<u>(28.102)</u>	<u>100.792</u>
Aumento de capital	14	3.650		3.650
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>(5.771)</u>	<u>(5.771)</u>
Em 31 de dezembro de 2025		<u>132.544</u>	<u>(33.873)</u>	<u>98.671</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(5.103)	(3.581)
Ajustes de:			
Depreciação e amortização		5.601	5.488
Provisão de juros das debêntures		7.327	8.047
Provisão para ressarcimento		2.552	-
Amortização de custos das debêntures		28	74
		<u>10.405</u>	<u>10.028</u>
Variações no capital circulante			
Contas a receber		(261)	136
Tributos a recuperar		-	23
Outros valores a receber		(102)	194
Fornecedores		(366)	239
Tributos a recolher		(38)	(3)
Salários e encargos sociais		(33)	35
Outros valores a pagar		-	(325)
		<u>9.605</u>	<u>10.327</u>
Caixa gerado pelas operações		<u>9.605</u>	<u>10.327</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(586)	(647)
Juros pagos debêntures		(6.886)	(5.690)
		<u>2.133</u>	<u>3.990</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>2.133</u>	<u>3.990</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado		(252)	(1.378)
Aquisição de intangível		(514)	(170)
		<u>(766)</u>	<u>(1.548)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(766)</u>	<u>(1.548)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização do capital		3.650	7.075
Amortização de principal debêntures		(6.870)	(7.166)
		<u>(3.220)</u>	<u>(91)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(3.220)</u>	<u>(91)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.853)</u>	<u>2.351</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.999	4.648
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>5.146</u>	<u>6.999</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.853)</u>	<u>2.351</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A. ("Companhia" ou "PCH") é uma sociedade por ações de capital fechado, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede no município de Cristalina, no Estado de Goiás.

A Companhia foi constituída em 7 de outubro de 2016, e tem em seu objeto social a geração de energia elétrica. A Companhia foi vencedora do Leilão de Energia de Reserva - LER/2016, conforme Contratos de Ambiente de Contratação Regulada ("ACR"), quando comercializou toda a energia a ser gerada pela PCH Tamboril pelo período de 30 anos a partir de março de 2020.

A construção da PCH Tamboril foi financiada através da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, datada de 27 de maio de 2019, cuja data de liquidação de entrada dos recursos ocorreu em 5 de junho de 2019. Em 31 de dezembro de 2025, assim como em exercícios anteriores, essas debêntures estavam encarteiradas pelo Banco Itaú, sem negociação no mercado secundário.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

1.1 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido ("CCL") negativo no montante de R\$ 9.239 (2024 - R\$ 5.224), bem como vêm apurando prejuízos nos últimos exercícios, devido basicamente ao impacto da depreciação (sem impacto caixa), bem como os juros da dívida que vêm reduzindo ano após ano com a amortização de parcelas do principal. Os acionistas da Companhia estão fazendo aportes de capital nos últimos anos para honrar com os compromissos de curto prazo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 os acionistas aportaram o montante de R\$ 3.650 (2024 - R\$ 7.075).

1.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025.

São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras consideraram a base contábil de continuidade operacional, e o custo histórico como base de valor.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas abaixo.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia só possuía ativos financeiros classificados como custo amortizado.

2.3.2 Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.3 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - “Instrumentos Financeiros” e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.3.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.4 Estimativas e julgamentos contábeis

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

- Nota 3 - Gerenciamento de riscos (mensuração do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros);
- Nota 7 - Imobilizado (valor residual e vida útil dos ativos);
- Nota 11 - Provisão para ressarcimentos;
- Nota 12 - Passivos contingentes (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

2.5 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações da Companhia.

(b) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas antecipadamente.

São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia ainda não concluiu a avaliação dos impactos dessas novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis, mas não espera impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do exercício corrente e futuros.

(c) **Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras - CPC 51 / IFRS 18**

Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis" (CPC 26), introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras.

A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

- (i) Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.
- (ii) Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.
- (iii) A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Risco de liquidez

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(b) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado a PCH. A Administração da Companhia mantém contratos firmados de manutenção com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(c) Risco de crédito

A companhia realiza análise de crédito de suas contrapartes de forma independente. Todavia no momento, em função da operação de financiamento existente, tais contrapartes foram também avaliadas e aprovadas pelo banco financiador.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	5.146	6.999
Contas a receber de clientes (Nota 6)	<u>1.519</u>	<u>1.258</u>
Total	<u>6.665</u>	<u>8.257</u>

(d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado possam afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. A companhia mitigou esse risco ao firmar PPAs (Contratos de Compra de Energia de Longo Prazo) a preços indexados a inflação e adequados ao pagamento da operação de financiamento. A companhia também não possui instrumentos financeiros ativos que possam sofrer risco de mercado.

Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial se aproximam do valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Contas a receber e fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias).

Debêntures - São classificados como custo amortizado não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante.

São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é salvaguardar a capacidade de continuidade das suas operações e oferecer retorno aos acionistas e demais partes interessadas.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumariados:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Total das debêntures (Nota 10)	65.961	72.362
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	<u>(5.146)</u>	<u>(6.999)</u>
Dívida líquida	<u>60.815</u>	<u>65.363</u>
Total do patrimônio líquido (Nota 13)	<u>98.671</u>	<u>100.792</u>
Total do capital	<u><u>159.486</u></u>	<u><u>166.155</u></u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>38,13%</u>	<u>39,34%</u>

(i) Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

Sob os termos das principais linhas de crédito, a Companhia é obrigada a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras:

- (a) Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (“ICSD”) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos).

Conforme deliberado na Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 26 de dezembro de 2025, foi aprovada a concessão de *waiver* prévio em razão do não atingimento do ICSD mínimo, aplicável exclusivamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Em decorrência dessa deliberação, não se aplica a cláusula de vencimento antecipado.

4 Instrumentos financeiros por categoria

	<u>Categoria</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	5.146	6.999
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	<u>1.519</u>	<u>1.258</u>
		<u>6.665</u>	<u>8.257</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores	Custo amortizado	112	478
Debêntures	Custo amortizado	<u>65.961</u>	<u>72.362</u>
		<u>66.073</u>	<u>72.840</u>

São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Aplicações financeiras	5.146	6.999
Total	<u>5.146</u>	<u>6.999</u>

(i) As aplicações financeiras possuem taxa média de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos as perdas de crédito esperadas, se aplicável.

A Companhia não possui histórico de perdas de contas a receber de clientes e por esse motivo, não há indícios de perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes, conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contas a receber	1.519	1.258
Total	<u>1.519</u>	<u>1.258</u>

As contas a receber decorrem do faturamento de energia efetuado no mês de competência dezembro.

São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Imobilizado

Política contábil

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é reconhecida pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos). As taxas levam em consideração a vida útil estimada dos bens para os ativos que não são ligados diretamente à geração de energia e pela Resolução nº 674/2015 da ANEEL e prazo de concessão de 30 anos para os ativos diretamente ligados à geração de energia, conforme descrito abaixo:

	<u>Taxa ao ano</u>
Equipamentos de informática	20%
Móveis e utensílios	10%
Reservatórios, barragens e adutores	3,17%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,17%
Máquinas e equipamentos	3,17%

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iii) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seu ativo imobilizado para determinar se há alguma indicação de que tal ativo sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Apesar do capital circulante líquido negativo e dos prejuízos contábeis apurados, que configuram indicativos de *impairment* (CPC 01), a Administração avaliou o valor recuperável dos ativos da PCH Tamboril pelo método do valor em uso. Considerando os fluxos de caixa futuros garantidos pelo contrato de venda de energia (LER/2016) por 30 anos, o valor recuperável estimado superou o valor contábil

São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

líquido. Dessa forma, não houve necessidade de reconhecer perdas por *impairment* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(iv) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados.

O imobilizado é composto como segue:

	2025			2024
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	17.230	-	17.230	17.094
Reservatórios, barragens e adutores	96.716	(15.757)	80.959	141.432
Edificações, obras civis e benfeitorias	14.407	(2.376)	12.031	12.495
Máquinas e Equipamentos	57.662	(9.773)	47.889	(7.634)
Equipamentos de informática	19	(15)	4	5
Móveis e utensílios	29	(7)	22	19
Total	186.063	(27.928)	158.135	163.411

	2024			2023
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	17.094	-	17.094	17.805
Reservatórios, barragens e adutores	96.716	(12.834)	141.432	86.934
Edificações, obras civis e benfeitorias	14.407	(1.912)	12.495	12.954
Máquinas e Equipamentos	57.550	(7.634)	(7.634)	51.113
Equipamentos de informática	19	(14)	5	3
Móveis e utensílios	25	(6)	19	21
Total	185.811	(22.400)	163.411	168.830

A movimentação do imobilizado é composta como segue:

	Custo					2025
	2024	Adições	Baixas	Transfe-rências	Depreciação	
Terrenos	17.094	136	-	-	-	17.230
Reservatórios, barragens e adutores	83.882	-	-	-	(2.923)	80.959
Edificações, obras civis e benfeitorias	12.495	-	-	-	(464)	12.031
Máquinas e Equipamentos	49.916	112	-	-	(2.139)	47.889
Equipamentos de informática	5	-	-	-	(1)	4
Móveis e utensílios	19	4	-	-	(1)	22
Total	163.411	252	-	-	(5.528)	158.135

São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Custo					2024
	2023	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	
Terrenos (1)	17.805	719	-	(1.430)	-	17.094
Reservatórios, barragens e adutores	86.934	-	-	-	(3.052)	83.882
Edificações, obras civis e benfeitorias	12.954	-	-	-	(459)	12.495
Máquinas e Equipamentos	51.113	657	-	-	(1.854)	49.916
Equipamentos de informática	3	2	-	-	-	5
Móveis e utensílios	21	-	-	-	(2)	19
Total	168.830	1.378	-	(1.430)	(5.367)	163.411

(1) As transferências realizadas se referem às ações de desapropriação de terras e depósitos judiciais finalizados durante o exercício de 2024. Os ativos foram transferidos do Imobilizado para o Intangível, Grupo “Serviços Administrativa”, para uma melhor apresentação nestas demonstrações financeiras.

8 Intangível

Política contábil

A servidão administrativa refere-se à cessão de direito de uso de delimitadas áreas de imóveis rurais para a passagem, conservação ambiental e outras avenças enquanto durar a vigência do contrato de venda de energia elétrica. Os valores correspondentes à indenização foram acordados em contrato e liquidados e os mesmos integram o custo do ativo intangível, bem como outros gastos legais e judiciais para a conclusão dos processos.

Faixas de servidão são direitos de passagem na área de autorização da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

A movimentação do intangível é composta como segue:

	Custo				2025
	2024	Adições	Transferências	Amortização	
Servidão Administrativa	2.175	514	-	(73)	2.616
Total	2.175	514	-	(73)	2.616

	Custo				2024
	2023	Adições	Transferências	Amortização	
Servidão Administrativa (1)	696	170	1.430	(121)	2.175
Total	696	170	1.430	(121)	2.175

(1) As transferências se referem às ações de desapropriação de terras e depósitos judiciais finalizados durante o exercício de 2024. Os ativos foram transferidos do Imobilizado para o Intangível, Grupo “Serviços Administrativa”, para uma melhor apresentação nestas demonstrações financeiras.

São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Fornecedores

Política contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores de mercadoria e serviços	112	478
Total	<u>112</u>	<u>478</u>

O vencimento é composto como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Vencidos	-	478
A vencer de 0 a 30 dias	38	-
A vencer de 31 a 60 dias	32	-
A vencer de 181 a 365 dias	<u>42</u>	<u>-</u>
Circulante	112	478
Não circulante	-	-

10 Debêntures

Política contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Em junho de 2019, a Companhia emitiu 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures de valor unitário R\$ 1 (mil reais), totalizando R\$ 75.000 (setenta e cinco milhões de reais), cujos pagamentos do principal das 6 séries serão mensais a partir de abril de 2031 até setembro de 2031 e pagamentos de juros semestrais a partir de março de 2020.

	<u>Indexador e taxa anual de juros</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Debêntures incentivadas	IPCA + 6,14% a.a.	15/09/2031	65.961	72.362

São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A segregação entre circulante a não circulante é a seguinte:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Circulante		
Debêntures	6.332	6.870
Juros	6.948	6.110
Custos a amortizar	<u>(160)</u>	<u>(188)</u>
Total	<u>13.120</u>	<u>12.792</u>
Não Circulante		
Debêntures	25.196	31.527
Juros	<u>27.645</u>	<u>28.043</u>
Total	<u>52.841</u>	<u>59.570</u>

A movimentação no período foi a seguinte:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial	<u>72.362</u>	<u>77.097</u>
(-) Amortização de principal	(6.870)	(7.166)
(-) Pagamentos de juros	(6.886)	(5.690)
(+) Provisão de juros	7.327	8.047
(+) Custos amortizados	<u>28</u>	<u>74</u>
Saldo final	<u>65.961</u>	<u>72.362</u>

Garantias Cedidas ao debenturista (Registro):

- Direitos creditórios objetos do Contrato de Cessão Fiduciária;
- Ações e direitos objetos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e
- Máquinas e equipamentos empenhados e direitos objetos do Contrato de Penhor de Equipamentos.

10.1 **Covenant**

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: Atingimento de valor superior ao ICSD mínimo de 1,20x apurado anualmente a partir das Demonstrações Financeiras do exercício social de 31 de dezembro, conforme método formalizado na Escritura das Debêntures.

Conforme deliberado na Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 26 de dezembro de 2025, foi aprovada a concessão de *wavier* em razão do não atingimento do ICSD mínimo, aplicável exclusivamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Em decorrência dessa deliberação, não se aplica a cláusula de vencimento antecipado.

São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Provisão para ressarcimento

Esta provisão se refere a performance contratual de geração de energia da para o exercício de 2025, a qual foi estimada em torno de 80% do total contratado. A contrapartida desta provisão é demonstrada na Nota 14, “Abatimentos da Receita”.

12 Passivos contingentes

Política contábil

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Não existem ações judiciais com prognóstico de perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

13 Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital é representado por 13.254.430.300 ações no valor nominal de R\$ 0,01 cada uma (2024 - 12.889.430.300 ações no valor nominal de R\$ 0,01 cada uma)

Durante o exercício de 2025, houve o aumento de capital social no valor de R\$ 3.650 (2024 - R\$ 7.075), totalizando o capital social em R\$ 132.544 (2024 - R\$ 128.894).

	Quantidade de Ações	
	2025	2024
Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Pirineus	13.254.430.300	12.889.430.300
Total	13.254.430.300	12.889.430.300

14 Receita líquida

Política contábil

A receita compreende o valor justo a receber pela geração de energia no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida de impostos.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Pronunciamento Técnico CPC 47 - “Receita de Contrato com Clientes” estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no Caso da Companhia, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime de competência dos exercícios, de acordo com a entrega da energia elétrica vendida no contrato do Leilão de Energia de Reserva (“LER”). A receita da Companhia deriva principalmente da geração de energia elétrica, conforme Contratos de Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”). A Companhia compromete-se a entregar um volume mínimo de energia que corresponde a totalidade da energia prevista em contrato à CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional bruta		
Venda bilaterais - longo prazo	16.994	15.794
	<u>16.994</u>	<u>15.794</u>
Deduções da receita operacional		
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	(510)	(474)
PIS - Programa de Integração Social	(110)	(103)
	<u>(620)</u>	<u>(577)</u>
Abatimentos da receita	<u>(2.552)</u>	-
Receita líquida	<u>13.822</u>	<u>15.217</u>

15 Custos, despesas gerais e administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Custos		
Operação e manutenção	(5.123)	(4.150)
Depreciação	(3.660)	(5.164)
Outros custos operacionais	(327)	(220)
	<u>(9.110)</u>	<u>(9.534)</u>
Total	<u>(9.110)</u>	<u>(9.534)</u>

São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas gerais e administrativas		
Depreciações e amortizações	(1.941)	(324)
Despesas gerais	(625)	(503)
Despesas com pessoal	(267)	(415)
Serviços de terceiros	(211)	(252)
Impostos, taxas e multas	(44)	(36)
Total	<u>(3.088)</u>	<u>(1.530)</u>

16 Receitas e despesas financeiras

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	681	472
Atualizações monetárias	-	1
Total	<u>681</u>	<u>473</u>
Despesas financeiras		
Juros debêntures	(7.327)	(8.047)
Amortização custo debentures	(28)	(70)
Taxas e tarifas bancárias	(106)	(119)
Total	<u>(7.461)</u>	<u>(8.236)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(6.780)</u>	<u>(7.763)</u>

17 Imposto de renda e contribuição social correntes

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados de acordo com a sistemática denominada "Lucro Presumido". As provisões de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referente às receitas financeiras são tributadas aplicando-se as alíquotas do respectivo imposto e contribuição vigentes. O cálculo dos tributos pelo lucro presumido está assim demonstrado:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto de renda		
Receita bruta sujeita a alíquota de presunção de 8% - Revenda	<u>16.994</u>	<u>15.794</u>
Base Presumida	1.360	1.264
Outras receitas e receitas financeiras sujeita a alíquota integral - 100%	<u>496</u>	<u>509</u>
Base de cálculo	<u>1.856</u>	<u>1.773</u>
IRPJ a alíquota de 15%	(278)	(266)
IRPJ adicional a alíquota de 10%	<u>(162)</u>	<u>(153)</u>
IRPJ devido	<u>(440)</u>	<u>(419)</u>

São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contribuição social		
Receita bruta sujeita a alíquota de presunção de 12% - Receita	16.994	15.794
Base Presumida	2.039	1.895
Receitas financeiras sujeita a alíquota integral - 100%	<u>496</u>	<u>509</u>
Base de cálculo	<u>2.535</u>	<u>2.404</u>
CSLL a alíquota de 9%	<u>(228)</u>	<u>(217)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	<u>(668)</u>	<u>(636)</u>

18 Resultado por ação

(a) Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há ações em tesouraria mantidas no patrimônio líquido da Companhia. O prejuízo por ação, fica assim apresentado:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(5.771)	(4.217)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	<u>12.897.923</u>	<u>12.455.451</u>
Prejuízo básico por ação - R\$	<u>(0,4474)</u>	<u>(0,3386)</u>

(b) Diluído

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste de quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía potenciais ações ordinárias com efeitos diluidores.

19 Seguros (Não auditado)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía Seguro de Risco de Engenharia e Seguro de Responsabilidade Civil contratados.

São Bartolomeu Geradora de Energia Renovável S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Eventos Subsequentes

Entre 31 de dezembro de 2025 e a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes, de natureza contábil ou financeira, que demandem ajustes ou divulgações adicionais nestas demonstrações financeiras.

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: EB5A9800-65B5-4866-AB09-F56E81929B6A	Status: Completed
Subject: Complete with Docusign: 2025_DFs_SBGGER_(VF).pdf	
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)	
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables	
Source Envelope:	
Document Pages: 29	Signatures: 1
Certificate Pages: 2	Initials: 0
AutoNav: Enabled	
Envelopeld Stamping: Enabled	
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia	
	Envelope Originator: Pedro T. Teixeira Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132 pedro.t.teixeira@pwc.com IP Address: 201.56.5.228

Record Tracking

Status: Original 31 March 2026 16:39	Holder: Pedro T. Teixeira pedro.t.teixeira@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 31 March 2026 17:32	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Marcelo Prado
marcelo.prado@pwc.com
Partner
PwC

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP-Brasil
Issuer: AC SERASA RFB v5
Subject: CN=MARCELO DE SOUZA PRADO NICOLAU:22297078846

Signature

Assinado por:

E28D68782B1A41E...
Signature Adoption: Pre-selected Style
Using IP Address: 201.56.5.228

Certificate policy:
[1]Certificate Policy:
Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.10
[1,1]Policy Qualifier Info:
Policy Qualifier Id=CPS
Qualifier:
<http://publicacao.certificadodigital.com.br/registro/dpc/declaracao-rfb.pdf>

Timestamp

Sent: 31 March 2026 | 16:40
Viewed: 31 March 2026 | 17:30
Signed: 31 March 2026 | 17:32

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via Docusign

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp

Pedro T. Teixeira
pedro.t.teixeira@pwc.com
Security Level: Email, Account Authentication (None)

COPIED

Sent: 31 March 2026 | 17:32
Viewed: 31 March 2026 | 17:32
Signed: 31 March 2026 | 17:32

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
---------------------------	---------------	------------------

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Witness Events	Signature	Timestamp
-----------------------	------------------	------------------

Notary Events	Signature	Timestamp
----------------------	------------------	------------------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
--------------------------------	---------------	-------------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	31 March 2026 16:40
Certified Delivered	Security Checked	31 March 2026 17:30
Signing Complete	Security Checked	31 March 2026 17:32
Completed	Security Checked	31 March 2026 17:32

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------